

ARTIGO ARTICLE

Direitos humanos, necrocapitalismo e neofascismos nos tempos da pandemia

Human rights, necrocapitalism and neofascism in times of pandemic

Derechos humanos, necrocapitalismo y neofascismo en tiempos de pandemia

■ João Ricardo Wanderley Dornelles¹

e-mail: joaorwdornelles@gmail.com

Resumo

Palavras-chave: Democracia; Direitos Humanos; Neofascismo; Neoliberalismo; Covid-19

Keywords: Democracy; Human rights; Neofascism; Neoliberalism; Covid-19

Palabras-clave: Democracia; Derechos humanos; Neofascismo; Neoliberalismo; COVID-19

O mundo viveu nos últimos anos, a partir de janeiro de 2020, uma grave crise sanitária através da pandemia provocada pela Covid-19. A pandemia aprofundou o quadro de crise que já existia anteriormente e que, nos anos anteriores, já atingia diretamente as formas democráticas de organização sociopolítica das sociedades contemporâneas, limitando e destruindo liberdades políticas, direitos sociais e ambientais e derrubando os muros que ocultavam a verdadeira face do modelo de organização social do capitalismo. Uma crise que se desenvolveu a partir dos anos de 1980 com a primeira ofensiva neoliberal, ganhando agressividade com o início da segunda fase de expansão neoliberal a partir da grande depressão de 2008 e mais um colapso do capitalismo global. A segunda ofensiva do capitalismo neoliberal mostrou-se bem mais violenta e destituída de quaisquer pretensões democráticas. Foi nesse momento, de crise cíclica do capital e de crise orgânica, condições agravadas pela crise pandêmica, onde os novos fascismos despertaram e passaram a ter visibilidade social e política em todas as partes do mundo, atacando todas as referências emancipatórias da modernidade e todos os valores humanistas, as liberdades democráticas e os direitos humanos. A pesquisa buscou entender o contexto da crise em sua tripla dimensão (crise do capitalismo; crise de hegemonia da democracia liberal; crise sanitária do coronavírus) e a ameaça real às conquistas de direitos humanos com a ascensão dos novos fascismos. Identificar e entender a dimensão e as consequências da realidade de crise e retrocessos foi o objetivo central do presente estudo.

Abstract

In recent years, starting in January 2020, the world has experienced a serious health crisis due to the pandemic caused by Covid-19. The pandemic deepened the crisis that already existed previously and that, in previous years, had already directly affected the democratic forms of socio-political organization of contemporary societies, limiting and destroying political freedoms, social and environmental rights and tearing down the walls that hid the true face of the social organization model of capitalism. A crisis that developed from the 1980s onwards with the first neoliberal

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio; Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio; Membro do Instituto Joaquín Herrera Flores – América Latina. joaorwdornelles@gmail.com

offensive, gaining aggression with the beginning of the second phase of neoliberal expansion following the great depression of 2008 and yet another collapse of global capitalism. The second offensive of neoliberal capitalism proved to be much more violent and devoid of any democratic pretensions. It was at this moment, of cyclical crisis of capital and organic crisis, conditions worsened by the pandemic crisis, where new fascisms awakened and began to have social and political visibility in all parts of the world, attacking all emancipatory references of modernity and all humanist values, democratic freedoms and human rights. The research sought to understand the context of the crisis in its triple dimension (crisis of capitalism; crisis of hegemony of liberal democracy; coronavirus health crisis) and the real threat to the achievements of human rights with the rise of new fascisms. Identifying and understanding the dimension and consequences of the reality of crisis and setbacks was the central objective of the present study.

1). Apresentação

Observação: O presente artigo é baseado no Relatório Final da Pesquisa em Produtividade – PQ, financiada pelo CNPq, realizada entre 2020 e 2024, com título “Direitos Humanos, Necrocapitalismo e Neofascismos em Tempos de Covid-19”.

A pesquisa procurou analisar os processos de crise e da ascensão de práticas sociopolíticas ultraconservadoras, aprofundadas com o quadro da pandemia da Covid-19 (2020-2022). Para desenvolvimento do projeto foi fundamental recuperarmos a dimensão política da memória através da contextualização que levasse em conta as dimensões histórico-estruturais, sociopolíticas e culturais que compõe a realidade estudada. O estudo, portanto, partiu de uma longa reflexão no âmbito dos direitos humanos, dos processos de justiça de transição e das políticas de memória, verdade, justiça anamnética¹, reparação e não-repetição. Assim, foi possível incorporar uma avaliação da realidade contemporânea, onde os neofascismos passaram a ser experiências sociopolíticas reais em todas as partes do mundo, em um cenário de profunda crise do capitalismo global, do esgotamento da democracia liberal e, especialmente, no momento da crise sanitária da Covid-19.

É importante frisar que não é possível tratar das questões contemporâneas da sociedade brasileira sem ter como referência os aspectos estruturais da sua formação social. Assim, um marco importante para o desenvolvimento do estudo é o processo de

¹ Por Justiça Anamnética entende-se como a dimensão de justiça que ultrapassa os limites da justiça procedural e tem como lugar central a memória da injustiça, o lugar, o testemunho e o olhar das vítimas, invisibilizadas através das narrativas oficiais dos vencedores da história. Podemos dizer que se trata da justiça das vítimas. Para um estudo mais preciso sobre o conceito podemos recorrer à Walter Benjamin no seu Sobre o Conceito de História, como também à Reyes Mate em inúmeros livros, especialmente em La razon de los vencidos; La herencia del olvido: ensayos en torno a la razón compasiva; Memoria de Auschwitz: actualidad moral y política; Medianoche en la historia: Comentarios a las tesis de Walter Benjamin “Sobre el concepto de historia”; Justicia de las víctimas: terrorismo, memoria, reconciliación. ⁴ TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (orgs.). O que resta da ditadura. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

transição democrática no Brasil e sua incompletude, além das características da formação social brasileira, com seu legado colonial e escravista presentes ainda hoje nas relações sociopolíticas. Portanto, a constatação dos limites do processo de democratização no Brasil e do legado histórico da sociedade brasileira são de grande importância para a compreensão dos acontecimentos relacionados com a ruptura do pacto democrático, a partir de 2016, a crise do Estado Democrático de Direito e a eleição, em 2018, de um governo autoritário, de extrema-direita, resultado de uma aliança das forças mais retrógradas, obscurantistas e fascizantes com segmentos conservadores liberais, representativas do capitalismo global financeiro.

Procuramos fazer um diagnóstico do tempo presente, em uma nova realidade de avanço das forças políticas de extrema-direita, com retrocessos no campo dos direitos humanos e a ampliação das práticas de exceção em um cenário pós-democrático, que já estava presente em diferentes partes do mundo, e que se escancarou com a crise sanitária global, a partir dos primeiros meses de 2020.

Assim, tornou-se importante compreender o cenário da crise contemporânea em sua tripla dimensão (crise cíclica do capitalismo; crise de hegemonia da democracia liberal e crise sanitária no contexto da pandemia de covid-19) e a ameaça real às conquistas de direitos humanos e liberdades democráticas representada pela ascensão dos novos fascismos.

Uma das questões que se coloca é sobre como o capitalismo em crise, com o ataque frontal ao legado emancipatório da modernidade, corrói as instituições e práticas democráticas e os princípios de direitos humanos, possibilitando a abertura de um cenário distópico de barbárie.

Na atual etapa do capitalismo um ponto importante é a constatação da ruptura com os fundamentos do pensamento liberal clássico e como, em tempos de capitalismo neoliberal, de pós-democracia e da ascensão dos novos fascismos, deixa de existir relação entre capitalismo, democracia e direitos humanos.

O avanço do capitalismo neoliberal e a crise do Estado Democrático de Direito atinge todas as dimensões da existência social, impactando diferentes relações sociais e construindo uma nova razão do mundo e uma nova subjetividade neoliberal. A nova razão do mundo e a consolidação de uma nova subjetividade neoliberal necessita, entre outras coisas, da construção da figura de “inimigos” como uma das condições fundamentais que justifiquem as práticas de exceção, as novas formas de precarização da vida, e a prevalência com aceitação social do capitalismo de barbárie e a sua dimensão necropolítica. Uma das consequências desse processo é o surgimento dos novos fascismos.

É necessário, portanto, estudar e entender como os novos fascismos contemporâneos, que se manifestam em modelos políticos pós-democráticos, são as expressões sociopolíticas do modelo do necrocapitalismo neoliberal em crise.

Dessa maneira é que podemos explicar como as práticas de exceção, em um ambiente sociopolítico fascizante, encontram terreno fértil em uma situação de crise, como a que vivemos atualmente, demonstrando como o neofascismo necessita da negação da alteridade e da manipulação da população através do medo, da insegurança, da

xenofobia, do racismo, do sexism, do de outras formas de intolerância em relação aos que são considerados “inimigos”, “diferentes” e “estranhos”. Corpos que podem ser destituídos de sua humanidade e passam a ser objeto de todas as formas de violência.

Com o advento da crise pandêmica da Covid-19, no início de 2020, todas essas particularidades distópicas da barbárie do capitalismo contemporâneo foram ressaltadas, reproduzindo e ampliando as características mais nefastas do sistema, mostrando a sua natureza seletiva ao atingir de forma direta os pobres, negros, indígenas e populações em situação de vulnerabilidade.

A crise da Covid-19 e a sua relação com o modelo hegemônico ampliou as práticas do darwinismo social e do higienismo, que já estavam presentes como estratégias de controle social e dominação política das práticas biopolíticas e necropolíticas contemporâneas.

O artigo também possibilita estudar as condições em que a pandemia da Covid-19 no Brasil, naquele momento governado por forças antidemocráticas, retrógradas, obscurantistas e neoliberais, escancarou as características históricas de uma sociedade colonial, escravista, excludente, elitista, desigual, injusta, opressora, exploradora e violenta.

2). Crise do sistema, ofensiva do necrocapitalismo neoliberal e a onda dos neofascismos em tempos de negacionismo.

Desde o ano de 2008 o mundo vive uma realidade de crise econômica e política que debilita e rompe os pactos democráticos liberais levando ao surgimento de experiências autoritárias em diferentes partes do mundo. Muitas dessas experiências possibilitaram o terreno fértil para o desenvolvimento das forças políticas de extrema-direita em um contexto de esgotamento da democracia liberal e desenvolvimento de experiências autoritárias pós-democráticas (Dardot; Laval, 2016). Um dos pontos para entendermos o momento atual é saber se, cem anos depois, estamos em meio de uma nova “época de fascismos”, usando a referência do historiador português Fernando Rosas sobre a crise do capitalismo no período entre-guerras do século XX. (Rosas, 2019)

A preocupação com as consequências humanas e ambientais da crise do capitalismo global e com a prolongada crise de hegemonia presente nas sociedades contemporâneas agravou-se, a partir de 2020, no cenário da crise sanitária da Covid-19. O contexto prévio ao momento da pandemia estende-se por mais de uma década de profunda crise do capitalismo neoliberal, de guerras híbridas globais e da segunda grande ofensiva do que eu tenho chamado de necrocapitalismo². A consequência direta desse processo é a fragilização da institucionalidade liberal do Estado Democrático de Direito – como também de todas as formas e práticas democráticas – e o aparecimento de movimentos e partidos de corte fascizantes, levando ao poder alianças da direita liberal tradicional com a extrema-direita, como ocorreu em 2018 no Brasil com a eleição de Jair Bolsonaro.

² Ver o meu artigo “Necrocapitalismo e Neofascismo em Tempos de Peste”, publicado no livro “Pandemias e Pandemônio no Brasil” (Augusto; Santos, 2020).

Artigo Article

Para a compreensão do surgimento e expansão das novas forças ultraconservadoras no cenário sociopolítico contemporâneo, devemos ter em conta as características da crise global de 2008, o seu impacto em todas as esferas da existência, criando situações de mal-estar social, barbárie e de permanente estado de exceção, como respostas das forças hegemônicas do capitalismo global.³

O ano de 2008 marcou a grande depressão em uma já prolongada crise cíclica do capitalismo, provavelmente a mais grave e prolongada da sua história. Um momento de crise em que se acelerou o processo de destruição de parte das forças produtivas, que impulsiona a superconcentração do capital, levando a sociedade para um novo estado de barbárie momentânea.

Nas crises cíclicas do capital, a destruição de parte das forças produtivas normalmente se dá através das guerras⁴, da quebra de grandes empresas, da concentração ampliada do capital e de uma recomposição de parte do sistema produtivo. As consequências humanas e ambientais são gravíssimas: a naturalização da violência generalizada, o aumento da pobreza, o mal-estar social, a precarização da vida, a intolerância, os ódios exacerbados, a xenofobia, o ultranacionalismo e o cenário distópico de barbárie de um processo de acumulação primitiva. Também é o momento em que as referências democráticas e de direitos humanos se debilitam, prevalecendo as práticas de exceção.⁵

Em sociedades de tradição colonial e oligárquica, fortemente marcadas pelo escravismo, onde os privilégios das classes dominantes se naturalizam e são normalizados, o fascismo potencial, apontado por Theodor Adorno⁶, articula a dimensão individual e social, onde prevalece a pulsão de morte que se expressa nas relações sociais. Vimos isso no Brasil quando segmentos sociais, a partir das mensagens negacionistas emitidas pelo governo Bolsonaro, atacavam a ciência biomédica e celebravam a morte de milhares de pessoas pela Covid-19.

³ Quando tratamos das situações da barbárie atual temos como uma das primeiras referências a expressão usada por Marx e Engels em uma passagem do *Manifesto Comunista* de 1848, quando falam do “estado de barbárie momentânea” nos contextos das crises cíclicas do capitalismo (Marx; Engels, 2005). Em relação ao estado de exceção pensamos em Walter Benjamin, ao tratar do “estado de exceção permanente contra os oprimidos”, descrevendo as condições das sociedades modernas capitalistas em sua oitava tese no livro *Sobre o Conceito da História* (Benjamin, 2012).

⁴ Não é preciso lembrar que nos últimos anos o cenário das relações internacionais tem sido marcado pela escalada bélica, impulsionada, principalmente, pelas forças hegemônicas do norte global atlântica, lideradas pelos Estados Unidos, poderio que se encontra em decadência. As tensões internacionais e o perigo de expansão das guerras estão presentes em todas as partes do mundo. Em alguns lugares já com guerra aberta, como na Ucrânia e na Palestina.

⁵ O “estado de barbárie momentânea”, descrito por Marx e Engels, se expressa como “o estado de exceção permanente contra os oprimidos”, como indicado por Benjamin na sua oitava tese de “Sobre o conceito da história” (Benjamin, 2012). O que nos mostra como a construção e consolidação do projeto moderno foi acompanhado da criação de formas de barbárie próprias que se expressaram com o projeto colonial, o escravismo moderno, o genocídio indígena, dentro do processo de acumulação primitiva do capital (Marx, 1977).

⁶ Ver artigo de Theodor Adorno, *A teoria freudiana e o modelo fascista de propaganda*. Publicado originalmente em *Psychoanalysis and the Social Sciences* 3, 1951.

Em termos gramscianos, poderíamos compreender os impasses da crise atual e da ascensão dos novos fascismos através da categoria de crise de hegemonia, entendida como um momento histórico, um interregno, onde o velho está agonizando, mas o novo ainda não consegue nascer, o momento de lusco-fusco, onde irrompem os monstros. Para Gramsci, as crises orgânicas se configuram em crises de hegemonia, quando nenhuma das classes sociais organizadas em blocos históricos consegue consolidar e impor o seu poder político e ideológico (hegemonia) sobre o conjunto da sociedade. A incapacidade de consolidação da hegemonia por um dos blocos históricos em disputa abre um quadro de crise e desagregação política e social que atinge toda a sociedade. Como disse Gramsci, é nesse momento de aparente vazio que os monstros aparecem na forma do fascismo. (Gramsci, 2002).

As práticas fascizantes encontram um terreno fértil nas situações de crise, onde é possível manipular grandes contingentes da população através do medo, do ódio, da xenofobia, do chauvinismo, da intolerância em relação àqueles que passam a ser considerados como “inimigos”. Processo semelhante ao existente no entre guerras da primeira metade do século XX, que levou à ascensão do fascismo, pode estar sendo vivido atualmente. É importante notar que as características das contradições e conflitos contemporâneos apresentam diferenças em relação ao que foi vivido há cem anos atrás. No entanto, também é imperativo perceber os paralelos existentes entre esses dois momentos históricos.

A profunda crise do capitalismo global, em especial a partir da depressão de 2008, teve como respostas das forças hegemônicas uma segunda grande ofensiva neoliberal que identificou as práticas democráticas, o Estado Democrático de Direito, as pautas de direitos humanos e os valores e instituições da tradição liberal como obstáculos para a acumulação global ampliada em tempos de financeirização do capital.

A dinâmica do capitalismo contemporâneo, na sua fase avançada neoliberal, o necrocapitalismo, não busca a sua legitimidade na democracia liberal, em direitos, garantias, princípios de solidariedade social e bem comum. Ao contrário, nos últimos anos, em especial com a crise da pandemia do coronavírus, caíram os véus e disfarces que cobriam os objetivos reais do modelo capitalista neoliberal, mostrando a sua verdadeira face de terror e desumanização. Assim, a segunda grande ofensiva do capitalismo neoliberal trouxe junto a ascensão dos novos fascismos.

Esse é o quadro do capitalismo em crise, com o ataque frontal ao legado democrático e emancipatório da modernidade. E esse processo de destruição não se restringe à crise das instituições e práticas do Estado Democrático de Direito, mas atinge todas as dimensões da existência social, impactando as diferentes relações sociais. Trata-se de um processo que forjou uma nova razão neoliberal e uma nova subjetividade ultra-individualista (Dardot; Laval, 2016). A partir de então passaram a vigorar as condições para o estado de exceção permanente, para as novas formas de tirania do mercado, para o necrocapitalismo de barbárie e para a necropolítica.

A crise sanitária da Covid-19 foi a melhor oportunidade para revelar a verdadeira essência do capitalismo. Ou como disse um dos maiores bilionários brasileiros, Jorge Paulo

Artigo Article

Lemann, no ano de 2020, quando já morriam milhões de pessoas contaminadas pelo mundo afora: "abre um campo de oportunidades"⁷.

No que se refere à crise do coronavírus e a sua relação com as contradições e conflitos políticos, sociais e econômicos contemporâneos, podemos afirmar, sem medo de errar, que definitivamente a pandemia não foi democrática, embora atingisse também pessoas das classes médias e das classes dominantes. Mas o que vimos foi que a grande maioria dos infectados e mortos eram pobres, gente que vivia nas favelas, nas periferias e nas ruas. Pessoas que não podiam ficar em isolamento, pois são obrigadas a ir para as ruas para garantir o seu sustento, porque moram em condições insalubres, por não terem acesso à água, por viverem em casebres de um único cômodo com uma família numerosa, por estarem nas favelas, nas prisões, nos guetos etc. A mesma seletividade típica da lógica do necrocapitalismo neoliberal ocorreu em relação ao acesso às vacinas. Apesar das ações exemplares de alguns países no tratamento das suas populações, vimos como as regiões mais pobres do mundo foram praticamente colocadas à margem do acesso às vacinas, o que chegou a ser chamado no ano de 2021 de "guerra das vacinas"⁸.

A crise da Covid-19 desnudou os segredos do capitalismo⁹, mostrando que o mercado pode ter uma mão invisível, mas não é cego e sabe muito bem quais são os seus objetivos e a quem beneficia.

Durante a pandemia se estabeleceu uma polarização entre dois modelos de sociedade, entre duas políticas governamentais. Uma pautada pela prioridade à vida, a outra norteada pelo imperativo da economia (da acumulação do capital). Segundo o psicanalista Joel Birman, "parte dos políticos, empresários e comerciantes no campo internacional, preferiu dar prioridade ao polo da economia no lugar do polo da vida". (Birman, Joel, 2020, p. 43).

"A assunção do imperativo da bolsa no lugar do imperativo da vida, por alguns governantes, implicou um ato perverso e cruel. De acordo com seus cálculos políticos e eleitorais, preferiram sacrificar milhares de vidas e empilhar os cadáveres dos seus cidadãos a se importar com o que é de fato digno de valor: a vida de cada um, em sua singularidade inigualável e incomparável" (Birman, Joel, p. 52)

A recusa negacionista e a perversão psíquica, destacadas por Birman, são moduladas por um imperativo da crueldade e pelo desprezo da alteridade, presentes nas intervenções dos ex-presidentes Bolsonaro e Trump e nas ações de seus governos.

Nada mais falacioso e mentiroso do que a polêmica colocada por agentes do mercado e por vozes fascistas sobre uma contradição entre lutar pela vida ou lutar pela economia, salvar vidas ou salvar a economia. De forma oportunista omitem que não existe

⁷ Reportagem "Para Jorge Paulo Lemann, crise traz oportunidade" publicada na Revista Forbes, 17 de abril de 2020.

<https://forbes.com.br/negocios/2020/04/para-bilionario-jorge-paulo-lemann-crise-traz-oportunidade/>

⁸ Os países de um continente inteiro, a África, receberam um número ínfimo de vacinas.

⁹ Segredos que conhecíamos há muito tempo, pelo menos desde os escritos de Marx e Engels, mas que as pessoas de bom coração, boa fé, ingênuas, simplórias, tolinhas, não percebiam por estarem abduzidas pelas maravilhas e o brilho da indústria cultural.

economia sem vida e que não existe economia capitalista sem extração da mais-valia, portanto sem consumir vidas através da exploração dos trabalhadores.

Para o capitalismo não existe “escolha de Sofia” se for necessário decidir entre a vida, o bem-estar social, o meio ambiente, por um lado, e a acumulação ampliada do capital, por outro. A lógica do capital sempre será a de garantir a sua acumulação ampliada e a concentração da riqueza produzida, o imperativo da economia prevalecendo sobre o imperativo da vida. E a crise pandêmica do coronavírus explicitou essa lógica. Enquanto aumenta exponencialmente o desemprego, a miséria, a fome, a destruição ambiental e quebra de pequenas e médias empresas produtivas, o capital financeiro (bancos, rentistas) lucram. Durante a pandemia, as bolsas cresceram e beneficiaram os rentistas, o número de milionários e bilionários aumentou. A pandemia serviu como um novo processo de acumulação primitiva do capital, cinco séculos depois do primeiro. Os mais ricos se tornaram mais ricos ainda. Novos ricos surgiram, ao mesmo tempo em que o número de miseráveis, pobres, pessoas precarizadas aumentou exponencialmente.¹⁰

No mês de maio de 2022 a Oxfam lançou o relatório chamado “Lucrar com a Dor”, sobre a riqueza acumulada na pandemia e o aumento da pobreza no mundo. Informava que enquanto a mais ou menos cada trinta horas surgia um novo milionário ao mesmo tempo mais de um milhão de pessoas passava para a situação de risco de pobreza extrema.

O relatório divulgado pela mesma Oxfam em 14 de janeiro de 2024, às vésperas da abertura do Fórum Econômico Mundial, em Davos, informou que desde 2020 a concentração de riqueza se acentuou no mundo. Segundo o relatório, no período os super-ricos multiplicaram a sua riqueza, enquanto bilhões de pessoas ficaram mais pobres em todo o mundo. Desde 2019, mais de cinco bilhões de pessoas ao redor do planeta perderam patrimônio, tornando-se mais pobres desde o advento da pandemia de covid-19.¹¹

3). Considerações sobre controle social, capitalismo de barbárie, necropolítica e o neofascismo.

A atual etapa do capitalismo rompeu com os fundamentos do pensamento

¹⁰ O artigo “A economia está em chamas. O 0,1% deleita-se”, de Michael Roberts, publicado originalmente em The Next Recession e no blog Outras Palavras em 10/06/2020, analisou como em meio ao caos, à miséria, ao aumento do desemprego e da precarização das formas de trabalho, da quebra das pequenas e médias empresas produtivas, o capital financeiro teve ganhos extraordinários. E quando se fala de capital financeiro não se está falando de algo abstrato. Está se falando de grandes financeiros, rentistas, milionários e bilionários que se tornaram mais ricos não apenas no período da pandemia, como também agora com as guerras e a escalada da corrida armamentista global.

¹¹ “Riqueza dos cinco homens mais ricos do mundo dobrou desde 2020, enquanto a de 5 bilhões de pessoas diminuiu, revela novo relatório da Oxfam”. O estudo “Desigualdade S.A.” foi lançado no dia 14 de janeiro de 2024 durante o Fórum Econômico Mundial de Davos, Suíça, que reúne lideranças políticas e econômicas globais. Dentre as recomendações da Oxfam para buscar sanar essa situação de desigualdade social destaca-se a adoção de impostos mais elevados sobre os mais ricos e as grandes empresas visando financiar políticas públicas voltadas para as populações em situação de pobreza. Em outubro de 2023 o atual governo brasileiro, do Presidente Lula, colocou na pauta a taxação de super-ricos e offshores. <https://www.oxfam.org.br/noticias/os-cinco-homens-mais-ricos-do-mundo-dobraram-suas-fortunas-desde-2020-enquanto-cinco-bilhoes-de-pessoas-ficaram-mais-pobres/>

Artigo Article

liberal clássico, revelando a sua verdadeira face. Portanto, em tempos neoliberais, pós-democráticos e de ascensão dos novos fascismos, não existe relação entre capitalismo, democracia e direitos humanos. Ao contrário, prevalecem as pautas do mercado que consideram um obstáculo para a acumulação ampliada do capital as instituições, práticas democráticas e as pautas de direitos humanos.

Outra consideração importante sobre o contexto da crise da Covid-19 e a sua relação com o modelo hegemônico foi a retomada, em pleno século XXI, das referências do darwinismo social e do higienismo como estratégia de controle social e dominação política.

O jurista e filósofo Sílvio Almeida em entrevista publicada pelo Grupo Prerrogativas em 20/03/2020, tratou da pandemia e da lógica necropolítica das práticas genocidas do governo Bolsonaro:

"Historicamente no capitalismo, nas pandemias geralmente surge esse discurso de descarte dos corpos. Na gripe espanhola aconteceu a mesma coisa. Não é novo na história colocar uma escolha entre a fome e a peste. Agora isso está muito evidente. Não dá para sustentar a vida e o sistema ao mesmo tempo. Ele precisa inventar uma maneira de falar que nem todas as vidas importam. É preciso hierarquizar as vidas. É uma grande contradição. Mais do que uma imoralidade, é uma tentativa desesperada de preservar o funcionamento do sistema tal como ele é hoje".

A afirmação de que não são todas as vidas que importam agora pode ser feita com uma fundamentação pseudocientífica, com base nas ciências sociais e humanas de corte positivistas. Da mesma forma que o liberalismo articulado com o positivismo afirmava, no século XIX e início do século XX, que “todos são livres e iguais”, mas alguns são “diferentes, inferiores, selvagens, bárbaros e por isso merecem tratamento desigual”, hoje vemos o darwinismo social e o higienismo voltarem a ter um papel decisivo na empreitada de manutenção, reprodução e naturalização do capitalismo através da prática do “deixar morrer”. Na verdade, o que se verifica como estratégia contemporânea de dominação política, controle social e reprodução do modelo de desenvolvimento em tempos de necrocapitalismo neoliberal é uma articulação entre mecanismos biopolíticos e necropolíticos, com as práticas de genocídio continuado através do “fazer morrer” combinado com o “deixar morrer”¹².

A pandemia, portanto, explicitou uma tendência que já se encontrava em curso nas sociedades contemporâneas.

A crise cíclica do capital, o esgotamento da democracia liberal, a ascensão de formas fascistas de relacionamento sociopolítico, com um governo obscurantista de extrema-direita, condições agravadas pela crise pandêmica da Covid-19, encontraram um Brasil com um enorme legado histórico de violências e esquecimento. Uma sociedade que

¹² Vemos a combinação do discurso e das práticas belicistas, da escalada de guerras existentes pelo mundo afora, como também das políticas genocidas de segurança pública e do senso comum punitivista, com as políticas privatistas neoliberais no âmbito da saúde, saneamento básico, distribuição de água, moradia, segurança alimentar, meio ambiente, em um cenário geral de mal-estar social. As práticas da necropolítica do capitalismo de barbárie são amplas e relacionam o “fazer morrer” com o “deixar morrer”.

no decorrer da sua história modernizou e aprimorou as formas da violência, mantendo a sua essência de sociedade colonial, escravista e patriarcal, a sua marca de “Casa Grande e Senzala” (FREYRE, 2000). Uma sociedade cujo desenvolvimento histórico e sua modernização expressaram a ideia formulada por Walter Benjamin na tese IX de seu *Sobre o Conceito de História*¹³, quando afirmou que o projeto moderno construiu um modelo civilizatório fundado nas ruínas e na destruição deixada para trás e esquecida no passado.

Os custos do progresso seriam os mortos, os esquecidos, os povos vencidos, sociedades e seres humanos que sucumbiram em nome da civilização moderna. A sociedade brasileira atualizou, em toda a sua história, as formas de violência, os massacres, as opressões. Articulou de forma inovadora os mecanismos pré-modernos de controle e dominação com as estratégias biopolíticas e necropolíticas. Continuamente nossa sociedade renovou os formatos da barbárie, modernizou o estado de exceção. E, por vezes, estes formatos contemporâneos da barbárie nos surpreendem, pois coloca a sociedade frente à frente com imagens do passado, do pelourinho, dos linchamentos, dos corpos mutilados expostos ao público.¹⁴

A Covid-19 aprofundou as tendências darwinistas e higienistas de um modelo de sociedade que é, na sua essência, excludente, elitista, desigual, opressor, explorador e violento. E tais características ganham contorno de tragédia anunciada no Brasil que se encontrava governado por fascistas, obscurantistas e fanáticos da economia capitalista desregulada de mercado.¹⁵

Em uma sociedade de corte escravista e colonial, onde as classes médias, altas e muito altas não conseguem viver sem os seus privilégios, as estratégias darwinistas e o higienismo são a expressão da política de solução final que mata, ou deixa morrer, em nome de escolhas perversas: primeiro os velhos, os doentes, os pobres, os povos originários, os quilombolas, a população de rua, os presos. E vão ampliando a escolha dos “outros”, dos “inimigos”, seres humanos que passam a ser desumanizados. E não param mais de escolher os que devem morrer para preservar a economia, os “cidadãos de bem”, o sistema capitalista, o estilo de vida burguesa, elitista e privilegiada. A escolha recai sobre aqueles que “os donos do poder” consideram a escória, gente improdutiva, vagabundos.

O coronavírus é a metáfora dos tempos de morte que faz parte da essência do capital. Tempos em que o cálculo frio do mercado avalia as suas oportunidades de acumulação, onde os seres humanos continuam sendo entendidos como meras peças descartáveis de uma grande máquina de moer gente, como dizia Darcy Ribeiro em seu último livro, *O Povo Brasileiro* (Ribeiro, 2015). São tempos de mercantilização e

13 BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. pp. 13 e 14.

14 Episódios que se repetem nos remetem ao passado colonial escravista. Com grande frequência jovens pobres e negros são alvo de linchamentos, espancamentos pelas ruas do país, em ações de justiçamento; A superlotação dos presídios brasileiros faz com que os mesmos sejam verdadeiros “navios negreiros” contemporâneos. O “apartheid” à brasileira é uma realidade e reaparece no contexto da Covid-19.

15 Mesmo com derrota eleitoral das forças neofascistas bolsonaristas em 2022, o governo Lula tem que conviver com um Congresso dominado por enorme bancada de extrema-direita e com governadores neofascistas como Tarcísio de Freitas em São Paulo, Cláudio Castro no Rio de Janeiro e Romeu Zema em Minas Gerais e suas políticas anti-povo, privatistas e genocidas.

Artigo Article

financeirização da existência, onde tudo, todas e todos – coisas, bens, pessoas, sentimentos, natureza, cultura - são objeto de “precificação”, transformados em mercadorias avaliadas pela lógica fria das necessidades da acumulação ampliada do capital. Tempos de fim do humanismo e da necropolítica, como disse Achille Mbembe (Mbembe, 2018).

4). As práticas sociais genocidas e a estratégia necropolítica durante a pandemia no governo Bolsonaro¹⁶

A palavra genocídio foi amplamente usada no Brasil com a crise sanitária da Covid-19 e o posicionamento negacionista do governo Bolsonaro, ao criar uma série de obstáculos para o adequado enfrentamento do problema que levou à morte cerca de 700 mil (setecentos mil) brasileiros entre março de 2020 e final de 2022.¹⁷

Para uma análise precisa da dimensão política que a pandemia teve no país durante o governo Bolsonaro é fundamental uma introdução para entendermos o que podemos chamar de genocídio e de que forma podemos definir que tais práticas, através e ações e omissões, são graves violações de direitos humanos, sendo crimes contra a humanidade.

O conceito de genocídio não existia até meados do século XX, embora a prática genocida possa ser definida como tal a partir de muitos episódios de perseguições, deportações, eliminação física em massa e massacres perpetrados contra grupos populacionais determinados no decorrer da história das sociedades. Tais situações puderam ser constatadas durante os processos de acumulação primitiva do capital e a ocupação colonial europeia com a escravização, deslocamento forçado e extermínio de povos originários das Américas, da África e por todo o planeta, como também em eventos como o genocídio armênio, entre 1915 e 1923.

A palavra genocídio foi utilizada pela primeira vez no ano de 1944 pelo advogado judeu polonês Raphael Lemkin, relatando a matança generalizada de judeus pela política de “solução final” da ditadura nazifascista de Hitler.

No ano de 1946, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) definiu genocídio como sendo “a recusa do direito à existência de inteiros grupos humanos”, determinando que fosse elaborado um projeto de Convenção para tratar dos crimes contra a humanidade. No dia 9 de dezembro de 1948, a ONU aprovou a Convenção Internacional para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio.

Assim, o genocídio é entendido como qualquer ato cometido com o objetivo de

¹⁶ Ver AUGUSTO, Cristiane Brandão; DORNELLES, João Ricardo; SANTOS, Rogerio Dultra; RAMOS FILHO, Wilson. Novas Direitas e Genocídio no Brasil – Pandemias e Pandemônio – Vol. II. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2021. Na coletânea indi- cada destaco o artigo “Barbárie, genocídio e pandemia em tempos neofascistas”, escrito por mim e por Sergio Francisco Carlos Graziano Sobrinho.

¹⁷ Ver a matéria “Brasil ultrapassa 700 mil mortos pela Covid-19; governo Bolsonaro deixou vencer e incinerou milhões de vacinas”, publicada em 29/03/2023 pelo órgão de informação do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União. <https://sintrajufe.org.br/brasilultrapassa-700-mil-mortos-pela-covid-19-governo-bolsonaro-deixou-vencer-e-incinerou-milhoes-devacinas/>

destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. Estes atos são definidos como: a). assassinato em massa dos membros do grupo; b). danos graves causados à integridade física ou mental dos membros do grupo; c). sujeição intencional do grupo a condições de vida que provoquem a sua destruição total ou parcial; d). medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e). transferência forçada de crianças do grupo para outro.¹⁸

É importante frisar que o conceito de genocídio tem sido atualizado, já que a sua prática não deixou de existir no pós-1945 e tem se reproduzido desde então até os dias de hoje.¹⁹

A chamada “Escola Argentina” de Estudos sobre o Genocídio, os Genocide Studies²⁰, a partir das análises do sociólogo Daniel Feierstein²¹, passou a trabalhar com o conceito mais ampliado de “Práticas Sociais Genocidas”, para dar conta de uma gama maior de violações de direitos, em especial pela prática de crimes contra a humanidade cometidos com métodos assemelhados aos extermínios de determinadas populações. Nos referimos às práticas sociais e políticas que se constituem tanto como crimes contra a humanidade por meio do uso de estratégias genocidas, quanto crimes internacionais de massa.

A partir dessas explicações é que se pode analisar as práticas sociais, jurídicas e políticas realizadas pelo governo brasileiro na época de Jair Bolsonaro, os seus significados referentes ao enfrentamento da pandemia da Covid-19, como também as suas políticas em relação às populações indígenas, quilombolas, camponeses e pobres em geral.

A identificação de Bolsonaro e do seu governo como genocidas se consolidou no senso comum, tanto no Brasil como no exterior, a partir do seu comportamento negacionista em relação à ciência, em relação às recomendações da Organização Mundial da Saúde, em relação à sua omissão para conter a circulação do vírus, a imposição do chamado tratamento precoce com hidroxicloroquina e ivermectina, medicamentos ineficazes para combater o coronavírus, como também a explícita falta de empatia em relação às vítimas da doença, o constante deboche com que tratava o problema, inclusive zombando das vítimas, estimulando à aglomeração de pessoas, fazendo propaganda contra a vacinação e o uso de máscaras de proteção etc.

Um importante estudo iniciado em 2020, denominado “Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil”²², do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, realizado

¹⁸ Artigo II da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio das Nações Unidas.

¹⁹ No dia 29 de dezembro de 2023 a República da África do Sul, com base na Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio de 1948, acionou a Corte Internacional de Justiça para que se verifique se as ações cometidas pelo Estado de Israel contra populações civis na Faixa de Gaza configuraram violações às obrigações presentes na Convenção sobre genocídio.

²⁰ Genocide Studies ou Estudos sobre Genocídio são um campo de reflexão acadêmica que pesquisa a prática do genocídio.

²¹ Daniel Feierstein pesquisa sobre o tema do genocídio à frente do Centro de Estudios sobre Genocidio da Universidad Nacional Tres de Febrero (UNTREF), em Buenos Aires.

²² O Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA), da USP, entregou à CPI do Senado Federal, um documento de 200 páginas detalhando desde as declarações do Presidente da República, Jair Bolsonaro, incentivando a contaminação, as fake news, as sabotagens às medidas sanitárias. O documento pode ser lido em: Link: https://cepedisa.org.br/wp-content/uploads/2021/06/CEPEDISA-USP-Linha-do-Tempo-Maio-2021_v2.pdf

Artigo Article

em parceria com a Organização Não-Governamental Conectas Direitos Humanos, analisou a linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19, coletando as normas federais e estaduais relativas à Covid-19 e avaliando o seu impacto sobre os direitos humanos no Brasil. O resultado desse estudo foi divulgado em janeiro de 2021, onze meses depois de detectado o primeiro caso de Covid no Brasil.

A pesquisa foi coordenada pela Professora Deisy Ventura, coordenadora do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). O estudo analisou 3.049 normas federais e 4.427 normas estaduais referentes ao enfrentamento da Covid-19, com o objetivo de avaliar o seu impacto sobre os direitos humanos. A primeira constatação foi que as ações do governo Bolsonaro privilegiaram o que chamaram “funcionamento normal da economia” em detrimento da adoção de medidas efetivas de contenção do ailastramento do vírus.

Também foi possível sistematizar as ações de propaganda do governo federal de então contra a saúde pública e de obstrução às medidas das prefeituras e dos governos estaduais que buscavam seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Também se observou a mesma postura em relação às vacinas, com o governo Bolsonaro recomendando a não vacinação e que a medida correta seria o chamado tratamento precoce com o uso de medicamentos ineficazes, segundo a OMS e os mais renomados cientistas e agências de controle sanitário do mundo.²³

Os estudos científicos também indicavam a ineficácia da azitromicina, da nitazoxanida e dos suplementos de zinco e das vitaminas C e D para um tratamento precoce do coronavírus.

O referido estudo concluiu que o governo Bolsonaro colocou em prática uma estratégia de disseminação proposital do vírus da Covid-19, promovida de forma sistemática em âmbito federal. O estudo demonstrou a intencionalidade²⁴, identificando três tipos de evidências (p. 3), a saber:

- a). Atos normativos adotados na esfera da União, incluindo vetos presidenciais;
- b). Atos de governo, como ações de obstrução de medidas de contenção da doença adotadas por governos estaduais e municipais, omissões relativas à gestão da pandemia no âmbito federal, e outros elementos que permitam compreender e contextualizar atos e omissões governamentais;
- c). Propaganda contra a saúde pública, aqui definida como o discurso político que mobiliza argumentos econômicos, ideológicos e morais, além de notícias falsas

²³ Destacamos as agências de controle sanitário dos Estados Unidos e da Europa, Food and Drug Administration (FDA), dos Estados Unidos; European Medicines Agency (EMA), da União Europeia. Ver site documentos da FDA: “Why You Should Not Use Ivermectin to Treat or Prevent COVID-19”, no site www.fda.gov. Ver os documentos da EMA “EMA advises against use of ivermectin for the prevention or treatment of COVID-19 outside randomized clinical trials” e “COVID-19: reminder of the risks of chloroquine and hydroxychloroquine” no site www.ema.europa.eu. Ver também reportagens da BBC Brasil “Por que autoridades dos EUA retiraram autorização para o uso da cloroquina contra covid-19”, de 15 de junho de 2020 e “Tratamento precoce ‘Kit covid é kit ilusão’: os dados apontam riscos e falta de eficácia do suposto tratamento”, de 27 de janeiro de 2021. Ver também notícia no site www.news.un.org, da publicação ONU News, com o título “Após vários testes, OMS confirma que hidroxicloroquina não serve para evitar Covid-19”.

²⁴ Presença da intencionalidade através da confluência entre a consciência dos atos e omissões praticados, e a vontade de praticá-los.

e informações técnicas sem comprovação científica, com o propósito de desacreditar as autoridades sanitárias, enfraquecer a adesão popular a recomendações de saúde baseadas em evidências científicas, e promover o ativismo político contra as medidas de saúde pública necessárias para conter o avanço da Covid-19.

Estas evidências foram suficientes para constatar e demonstrar a confluência entre as esferas normativa, de gestão e discursiva da resposta federal à pandemia e, portanto, a hipótese da existência de estratégia de disseminação da doença.

Falar de práticas genocidas para as ações do governo Bolsonaro não se restringe à questão da pandemia.

Diversas outras práticas também devem entrar no cálculo das mortes e na caracterização das estratégias necropolíticas e fascistas do governo Bolsonaro. Registre-se, ainda, que estas características já estavam presentes antes da chegada ao poder daquele governo. Podemos elencar algumas delas:

- a). a ortodoxia ultraliberal da política econômica do Ministro da Fazenda Paulo Guedes e suas nefastas consequências sociais;
- b). a ausência de política ambiental, com o estímulo ao uso indiscriminado de agrotóxicos proibidos na União Européia, nos Estados Unidos e em outros países do mundo;
- c). o aumento significativo do desmatamento ilegal, como também os incêndios incentivados na Amazônia, Pantanal e Cerrado;
- d). o incentivo à invasão de terras indígenas por parte do agronegócio, de grileiros e garimpeiros;
- e). as perseguições e mortes de lideranças indígenas, quilombolas e camponesas;
- f). o sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS);
- g). as políticas de segurança pública seletivas fundadas em ações ilegais, violentas, racistas e arbitrárias, entre outras práticas.

Em agosto de 2022, o então presidente Bolsonaro recebeu um relatório da FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) informando sobre a presença de garimpeiros na Terra Indígena Yanomami e a fome e maus tratos infligidos a este povo. O silêncio e a omissão foram a resposta presidencial. A negação de atendimento por parte do governo Bolsonaro foi documentada pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), demonstrando haver evidências para denunciar, junto ao Tribunal Penal Internacional, o ex-presidente por genocídio de povos indígenas.²⁵

No que se refere à cobertura de vacinação contra Covid-19, a população indígena também foi negligenciada por parte do governo Bolsonaro.²⁶

É importante considerar que essas práticas do governo Bolsonaro já estavam

²⁵ Segundo declaração da assessoria jurídica do Conselho Indígena de Roraima, existe abundante documentação comprobatória de que estava em curso um projeto de extermínio dos povos indígenas no Brasil. É importante frisar que o governo Lula, mesmo com uma correlação de forças desfavorável, tem se esforçado para implementar medidas emergenciais visando acabar com o garimpo ilegal, reorganizar a fiscalização na região e garantir meios de proteção às populações indígenas.

²⁶ <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/03/01/os-motivos-que-levaram-indigenas-a-serem-menos-vacinados-contra-covid-19-apesar-dos-riscos-maiores.ghtml>

Artigo Article

anunciadas na sua campanha eleitoral, em 2018, e foram implementadas desde o início do mandato, portanto antes do advento da pandemia do Covid-19.

Diversas denúncias foram apresentadas perante o Tribunal Penal Internacional contra Jair Bolsonaro com a acusação de genocídio, com base no fato de que desde sua posse como presidente foi adotada “uma política anti-indígena explícita, sistemática e intencional” que transformou “os órgãos e as políticas públicas, antes dedicados à proteção dos povos indígenas, em ferramentas de perseguição”²⁷ com o objetivo de uma limpeza étnica para transformar o Brasil em uma nação sem indígenas.

O ex-presidente é acusado no Tribunal Penal Internacional de crimes que vão desde incitar um golpe de Estado até a prática de genocídio dos povos indígenas e charlatanismo na pandemia. As denúncias contra Bolsonaro são de genocídio, mas também mencionam a prática de “ecocídio” com o objetivo de incentivar um amplo debate para que tal dano seja tipificado na ordem internacional como crime contra a humanidade.²⁸

As consequências das ações do governo presidido por Bolsonaro foram as perseguições e mortes dos povos indígenas e quilombolas, práticas altamente violentas contra populações pobres das periferias e favelas, volta do Brasil ao mapa da fome, incentivo por parte do governo ao armamento individual, criando um ambiente nunca visto no país de ódio generalizado. Essas práticas corresponderam às políticas públicas implementadas pelo Governo Federal presidido por Bolsonaro ao longo de todo o seu mandato, as quais se caracterizaram pela negação da alteridade, pela lógica da banalidade do mal e a total descartabilidade do ser humano. São práticas políticas de mortes pensadas e organizadas, características das práticas fascistas, guardando semelhanças com o projeto nazifascista do século XX.

Michel Foucault tratou das tecnologias da biopolítica como estratégia de exercício do poder no capitalismo, onde os corpos são adestrados, são rentáveis no processo de acumulação do capital, levando ao aprimoramento dos meios de fazer viver, administrando e controlando a vida, através dos dispositivos do “fazer viver e deixar morrer”. Achille Mbembe vai perceber dimensões, além da biopolítica, com a insurgência das tecnologias da necropolítica. (Mbembe, 2018).

As tecnologias da necropolítica passaram a ter centralidade no exercício do poder das sociedades contemporâneas, no contexto do capitalismo neoliberal de barbárie, o necrocapitalismo, onde se articulam as práticas do “fazer morrer” e do “deixar morrer”. O governo Bolsonaro foi um dos principais laboratórios dessa estratégia da necropolítica como uma das características dos novos fascismos contemporâneos.²⁹

27 <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/09/01/bolsonaro-conhece-hoje-1-sentenca-internacional-versao-preliminar-condena.htm>

28 <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/09/01/bolsonaro-conhece-hoje-1-sentenca-internacional-versao-preliminar-condena.htm> ; <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-08-09/bolsonaro-edenunciado-por-genocidio-em-haia-em-processo-guiado-por-advogado-indigena.html#> ; <https://www.dw.com/pt-br/as-acusa%C3%A7%C3%B5es-que-pesam-contra-bolsonaro/a-64684213>

29 Podemos dizer que a lógica da necropolítica está presente como estratégia de poder nas práticas políticas contemporâneas, expressas nos processos de criminalização ampliada, de punitivismo, nas políticas de segurança pública, se estendendo por todo o mundo, das periferias de cidades do Sul Global à Faixa de Gaza.

Estamos falando de políticas onde ação criminosa do “fazer morrer” articula-se com a ação-omissão criminosa do “deixar morrer”. Estratégia que aparece ligando o “fazer morrer” das políticas de segurança pública, do elogio à matança atingindo a população das favelas, periferias, dos indígenas, dos trabalhadores sem terra, com o “deixar morrer” da política econômica do então ministro da Fazenda de Bolsonaro, Paulo Guedes, com consequências desastrosas para os mais pobres, fazendo com que o Brasil tenha voltado ao mapa da fome da FAO³⁰, por exemplo.

No Brasil as práticas genocidas do governo Bolsonaro foram executadas através do cancelamento de políticas públicas sociais, através da bala, das execuções sumárias de populações precarizadas, da miséria, da fome, da falta de saneamento básico, da falta de vacina, do chamado tratamento precoce para Covid que indicava tratamentos com a hidroxicloroquina, a ivermectina e a azitromicina, das ações e omissões do governo federal em relação ao coronavírus. Enfim, através de diferentes métodos para se levar à morte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- . ADORNO, Theodor. *Dialéctica negativa*. Madrid: Taurus, 1984.
- . ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- . AUGUSTO, Cristiane Brandão; SANTOS, Rogério Dultra dos (Orgs.). *Pandemias e Pandemônio no Brasil*. (livro eletrônico). São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.
- . AUGUSTO, Cristiane Brandão; DORNELLES, João Ricardo; SANTOS, Rogerio Dultra; RAMOS FILHO, Wilson (Orgs.). *Novas Direitas e Genocídio no Brasil – Pandemias e Pandemônio – Vol. II*. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2021.
- . BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Obras Escolhidas I*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- . BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história. Obras Escolhidas, vol. 1*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- . BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- . BIRMAN, Joel. *O trauma na pandemia do coronavírus. Suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- . DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo. Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

³⁰ FAO é a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, uma agência da ONU que orienta as suas ações para a erradicação da fome e combate à pobreza. O Brasil deixou o Mapa da Fome da FAO em 2014, tendo no Programa Bolsa Família, instituído no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um dos seus principais pilares.

Artigo Article

- . FEIERSTEIN, Daniel. *El genocidio como práctica social: Entre el nazismo y la experiencia argentina*. 2^a ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.
- . FEIERSTEIN, Daniel. *Introducción a los estudios sobre genocidio*. Buenos Aires: Eduntref, 2016.
- . FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- . FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.
- . GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- . GUAMÁN, Adoración; ARAGONESES, Alfons; MARTÍN, Sebastián. *Neofascismo. La bestia neoliberal*. Madrid: Siglo XXI, 2019.
- . LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- . MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro 1 O Processo de Produção Capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- . MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- . MATE, Reyes. *Memórias de Auschwitz. Atualidade e Política*. São Leopoldo, RS: Nova Harmonia, 2005.
- . MATE, Reyes. *La herencia del olvido*. Madrid: Errata Naturae Editores, 2009.
- . MATE, Reyes. *Medianoche en la historia. Comentarios a las Tesis de Walter Benjamin "Sobre el concepto de Historia"*. Madrid: Editorial Trotta, 2009.
- . MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 Edições, 2018.
- . RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2015.
- . ROSAS, Fernando. *Salazar e os Fascismos*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2019.
- . TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.